



ARTE, CULTURA E IDEOLOGIA

Antônio Gabriel S. Martins¹
gabrielmartinsrs@yahoo.com.br

Resumo

A discussão sobre Arte e cultura passa, necessariamente, pelo papel atribuído por ambas nas sociedades humanas. Alguns autores atribuem o caráter de expressão descompromissada dos anseios humanos, outros a necessidade de engajamento da Arte e da *ação cultural*.

Não obstante, o presente artigo não tem por objetivo encerrar uma discussão e apresentar uma definição sobre *o que é* ou *o que não é* Arte, mas apresentar argumentos que denunciam a descaracterização da Arte politicamente engajada.

Com base em revisão bibliográfica específica sobre o tema ideologia, este trabalho busca realizar uma análise científica sobre o tema para realizar a pretendida crítica e a relação entre as expressões humanas e os interesses sociais envolvidos no campo social.

Palavras- chave: Arte, cultura, ideologia.

Introdução

Definir estes conceitos representa como uma tarefa um tanto quanto inglória, semelhante a encher o tonel das danaiades² no tártaro, todavia, a compreensão destes é fundamental para o presente artigo.

A definição do que é arte apresenta-se como um desafio à capacidade de se analisar as transformações históricas deste termo e onde este se encaixa na atual sociedade. Para um dos mais importantes historiadores da arte, Gombrich, é “uma coisa que realmente não existe” e prossegue: “existem apenas artistas” (1985, p.04).

¹ Mestrando de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduado em Ciências da Administração na UFSC.

² Na mitologia romana, as danaiades são irmãs condenadas a encher com água um tonel cheio de buracos no fundo.

Todavia, mais que buscar definições estanques e desligadas da realidade, busca-se no presente artigo relacionar as definições de Arte e cultura, com as “ideologias” de nosso tempo histórico e das sociedades humanas.

Arte e cultura

Arte se apresenta como uma expressão dos sentimentos humanos, em um dado período e não, exclusivamente, conforme a subjetividade do ser, mas conforme o meio em que este está inserido e a forma como enxerga a si e a seus semelhantes, na relação do sujeito com o objeto ³.

O criador do conceito de Representação na conceituação histórica da arte, afirma que “Arte, com A maiúsculo não existe. Na verdade, Arte com A maiúsculo passou a ser algo de um bicho-papão e de um fetiche” (GOMBRICH, 1985: p. 04). Para Bosi (2002), a definição do que é arte é fruto uma elitização dos padrões de belo e feio ⁴, de modo a arte ser a expressão das classes superiores como demonstração da real beleza (PONCE, 1996), como nos modelos de beleza das mulheres. Nestes padrões, pode-se comparar a beleza da mulher do período feudal e da mulher do capitalismo do período monopolista. Nesta conceituação, que parece hoje ser como natural, a beleza do gênero feminino como sendo um corpo esguio e a pele bronzeada, quando comparada com a beleza do século XVII de opulência física, gordura e pele alva, demonstra muito mais que a aparente evolução do mundo e do conceito de estética, uma vez que no período feudal as mulheres das classes dominantes não trabalhavam no campo, como as mulheres das classes dominadas. Dessa forma, as primeiras, além de alimentar-se melhor, não se expunham ao sol como as segundas.

De forma semelhante ocorre no capitalismo na pós-modernidade, onde a maioria das trabalhadoras das metrópoles do capital realiza suas atividades em escritórios por seis ou oito horas, sem exposição ao astro rei. Em contrapartida, aquelas mulheres que pertencem à alta burguesia (cada vez menor) têm maior tempo de exposição aos raios que bronzeiam a pele - sejam eles naturais ou “artificiais” o ano inteiro e, portanto, é este o padrão que as mulheres da atual sociedade costumam gastar sua renda para “ficarem bonitas”.

³ “Ao *Homo sapiens* devemos [...], muito provavelmente, [...] a invenção dos maiores sistemas consoladores de todos os tempos: a arte e o além”. (DE MASI, 2002: p. 90).

⁴ A apreciação da arte passa, necessariamente, pelo que ela desperta no artista e em seus apreciadores, havendo uma relação direta entre a compreensão de beleza artística. Mesmo o “feio”, como destaca Gombrich (1985), quando representado na arte torna-se belo.

Obviamente, o padrão da beleza feminina, mesmo quando analisado historicamente, não é suficiente para analisar-se o padrão da beleza artística. Porém, exemplifica, embora também simplifique em demasia, o conceito de belo em cada tempo e espaço social.

Neste contexto, o conceito de arte é muito mais influenciado por fatores culturais de onde o artista está inserido e, mesmo se se considerar como sendo a expressão individual do artista, com fatores de cunho ideológico.

Dessa forma, caracterizar historicamente o vocábulo cultura, apresenta-se como de grande valia para o presente estudo. Segundo o dicionário eletrônico Priberam, a palavra cultura remete à palavra idêntica, de língua latina. Entretanto, entre os vários significados expressos não há a consideração do aspecto histórico do termo (<http://www.priberam.pt>).

Cultura vem do termo latino *culturus*, cuja origem é, segundo Bosi (2002), a mesma das palavras culto e colonização, ou seja, todas derivam do “verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*” (BOSI, 2002: p. 11). *Colo*, em latim, significa morar, ocupar a terra e, por extensão, trabalhar, cultivar o campo, derivando do termo outros como *incola* e *inquilinus*, significando, respectivamente, habitante e residente de terra alheia; e *colonia* e *colonus*, como sendo o primeiro o “espaço ocupado, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeita” e o último aquele que cultiva uma propriedade alheia (BOSI, 2002: p. 11),

O autor (2002: p. 16) define *culturus* como particípio de *colo*, designando o sufixo “*urus*” a idéia de porvir, ou seja, sendo *culturus* o que se vai trabalhar, ou o que se quer cultivar, de onde se origina o termo *cultura*.

Dessa forma, cultura seria, originalmente, “o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 2002: p.16). Entre esses valores, estão os gestos, o idioma, as vestimentas e a expressão artística. A regionalidade e temporalidade de cada conjunto de valores, crenças, idioma, formas de expressão artística etc., permitiu às ciências humanas, ao analisar várias sociedades, classificar suas expressões artísticas como sendo características próprias de cada povo ou região, como a cultura de cada povo.

Contudo, no que se refere às representações artísticas, suas primeiras manifestações não podem ser especificamente datadas, uma vez que o ser humano parece ter representado suas angústias e crenças de modo artístico desde o princípio da espécie, seja em escrituras rupestres ou nas encenações das relações do ser com a natureza.

Na arte, o conceito de belo relaciona-se com a produção e reprodução dos valores das classes dominantes, de modo a alguns autores dividirem a produção cultural no capitalismo

em três: cultura de massa - *masscult*, *midcult* e cultura superior (MACDONALD *apud* TEIXEIRA, 1980).

MacDonald (*apud* TEIXEIRA, 1980) define cultura superior como sendo as representações experimentais de “alto nível” como

todos os produtos canonizados pela crítica erudita, como as pinturas do Renascimento, as composições de Beethoven, os romances “difíceis” de Proust e Joyce, a arquitetura de Frank Lloyd Wright e todos os seus congêneres. (TEIXEIRA, 1980: p. 14).

Midcult caracteriza-se por todas as tentativas de “facilitar” para um grande público o acesso às “dificuldades” da cultura superior, como nas simplificações de Mozart (TEIXEIRA, 1980: p. 14) e nos livros de Paulo Coelho, por exemplo.

Por fim, a cultura de massa, ou *masscult*, seria a cultura mais "vulgar" e menos experimental. Porém, estas definições, segundo Teixeira (1980) são bastante superficiais, uma vez que ligam a classes ou estratos sociais o consumo da arte, o que não se sustentaria com a argumentação de gostos de pessoas oriundas das classes baixas da sociedade capitalista por música erudita ou pela contingencialidade do que é *masscult* em um tempo não ser em outro, como as histórias em quadrinhos do Snoopy, os Beatles ou o Jazz, originário dos guetos norte-americanos e hoje bastante elitizado.

O autor ainda ressalta a relevância em analisar-se a cultura mediante as transformações sociais, em especial, com o surgimento da chamada Indústria Cultural. Esta, segundo Teixeira (1980), surge com o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, como rádio, jornal e televisão. Esta indústria se caracteriza por "vender" produções artísticas moldadas em conformidade de formatos pré-determinados e de fácil assimilação, o que aumenta as chances de aceitação do grande público.

Teixeira (1980) rejeita opiniões como as de Adorno que atribuem à Indústria Cultural o papel de desmobilizadora e alienante de um povo. Para o autor, mesmo os produtos da Indústria Cultural podem ser críticos, pois não é a forma simplificada que impede a complexificação do conteúdo, apresentando-se os produtos desta indústria com conteúdos apolíticos por questões de patrocínio dos grandes financiadores dos meios de comunicação de massa.

Desse modo, deve-se considerar, assim como se considerou na arte, que a cultura está intimamente ligada à ideologia de cada sociedade, uma vez que o que se *deve* “transmitir às

novas gerações para garantir a reprodução” da mesma passa, necessariamente, por considerar, também, o que *não se deve* transmitir e como separar o joio do trigo.

Da mesma forma que a beleza física e a beleza artística, o certo, o errado, o bem e o mal, também foram construídos historicamente. Nietzsche (2003) apontou para o significado do termo bom, originado do termo latino *bonus* que, inicialmente, possuía o significado de guerreiro e, depois, passou a designar alguém que faz o bem, que está “conforme à moral” (<http://www.priberam.pt>) o que, para o filósofo alemão, significa não confrontar as classes superiores, pertencer ao rebanho.

Mas, de que forma e, principalmente, por que algumas idéias são mais relevantes que outras?

Ideologia

Para Ponce (1996), com o desenvolvimento das primeiras formações sociais com divisão de classes a consciência de si, a noção de indivíduo acentuou-se. E, com o nascimento da Filosofia, resultante do ócio das classes dominantes, as construções das idéias começaram a ser questionadas quanto à veracidade e aproximação do real, em especial nos filósofos socráticos (CHAUÍ. 1993). A isto, muitos chamam *ideologia*.

Löwy (2003: p.10) aponta as dificuldades do tema quando afirma que:

Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse da ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambigüidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos.

O termo ideologia aparece pela primeira vez no ano de 1796 no livro “Elementos da Ideologia”, de Destutt de Tracy. Com considerável repercussão na época, o autor concebia o termo como sendo uma nova disciplina filosófica, de modo a conter todas as demais disciplinas, formando uma categoria do conhecimento que contivesse a gênese das idéias (THOMPSON, 1995).

A respeito deste livro, Konder assinala que:

Seu raciocínio seguia um caminho que pode ser resumido da seguinte maneira: agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam

através das idéias; se chegarmos a compreender como se formam essas idéias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as idéias até alcançar os elementos sensoriais que se constituem em sua base. (2002: p. 22).

Essa corrente, conhecida como a dos ideólogos, lutava, no campo das idéias, contra a metafísica e a religião, de modo a conceber uma forma de ver a realidade em sua plenitude e alterá-la para melhor.

No campo concreto, os ideólogos eram antimonarcas e logo se posicionaram favoráveis a Napoleão Bonaparte, que, segundo o ponto de vista desta corrente de filósofos, estava disposto a retomar os princípios da Revolução Francesa. Todavia, diante da não concretização destas expectativas, os ideólogos logo se tornaram uma voz contra a de Napoleão que tratou de tirar-lhes os cargos concedidos e condená-los como causadores de todas as desgraças da França de sua época.

Quanto a este fato, Chauí acrescenta:

O sentido pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos” veio de uma declaração de Napoleão que, num discurso ao conselho de Estado em 1812, declarou: ‘Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história’”(1993: p. 24).

Desta forma, o significado de ideologia predominante foi o dado por Napoleão, não pelos ideólogos.

O termo ideologia voltou a ser usado em um sentido próximo ao dos ideólogos pelo positivista Augusto Comte, em *Cours de Philosophie Positive*. Para o autor, o termo passa a possuir dois significados: um referente à formação das idéias mediante observações das relações e sensações entre o corpo humano e o meio ambiente; e significa, igualmente, o conjunto das idéias de um dado momento histórico, tanto no sentido de opinião geral quanto de elaboração teórica, organização sistemática dos conhecimentos científicos da realidade – portanto livre de vestígios metafísicos ou religiosos, por parte dos pensadores deste período.

Todavia, a discussão acerca da ideologia passa, necessariamente, pela concepção de sociedade que cada autor tem. Não se trata de buscar uma verdade única, de encontrar a teoria que explique a realidade, mas de, antes, evitar que a realidade borre e nuble o estudo e a concepção de uma teoria que lhe explique em suas leis naturais de funcionamento e o

relacionamento histórico de seres históricos (KONDER, 2002), de forma que, considerando a sociedade como capitalista, considera-se como sendo, segundo a ótica marxiana, uma sociedade de classes (MARX, 2006).

Leandro Konder (2002) divide o termo mediante as intervenções teóricas de Karl Marx, onde o mesmo ganhou a relevância que culminaria nos trabalhos de teóricos como Lênin, Lukács, Gramsci, Adorno e Habermas, entre tantos outros. Entretanto, o filósofo brasileiro aponta três definições em Marx (2002) reiterando as observações de Chauí (1993) e Bottmore (1993). Para Bottmore, o pensamento do filósofo alemão sofreu influências de duas correntes do pensamento: o materialismo francês e de Feuerbach, por um lado, e a crítica à epistemologia tradicional e a revalorização do indivíduo, especialmente, em Hegel.

Inicialmente, Marx, ao lado de Engels, tenta mostrar a existência da contradição entre a consciência do Estado prussiano defendido por Hegel e a realidade material dos homens (BOTTMORE, 1993). O idealista alemão, autor da Fenomenologia do Espírito, afirmava ser o Estado a síntese do substancial e do particular como realidade moral (TRAGTENBERG, 1977). Com base nisto, o filósofo alemão autor d'O Capital afirmou ser este raciocínio “invertido” da realidade, defendendo a tese de ser o Estado não o fim da sociedade, nem o construtor final do princípio de liberdade, mas uma construção histórica, como quando afirma que “o ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas é o ser humano *não livre*. O Estado, então, é *a democracia da não-liberdade*, a consumação da alienação”.(apud KONDER, 2002: p. 31).

Sartre (2002, p. 144) ressalta a importância da contribuição do co-autor do Manifesto do Partido Comunista, quando afirma que:

A originalidade de Marx é a de estabelecer irrefutavelmente contra Hegel que a história está em *andamento*, que o Ser *permanece irreduzível ao Saber* e, ao mesmo tempo a de pretender conservar o movimento dialético *no Ser e no Saber*.

Dessa forma, Marx conclui ser o Estado a demonstração prática e material da existência de classes antagônicas (LÊNIN, 2004) e chega a afirmar que:

Qual o poder do Estado político sobre a propriedade privada? É o próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à existência. E o que resta ao Estado político em oposição a essa essência? A *ilusão* de que é determinante, quando de fato, é determinado. (apud KONDER, 2002: p. 32).

Desse modo, a primeira fase do conceito do termo em Marx – denominado concepção polêmica (THOMPSON, 1995), define-se por meio de “inversões” que “obscurecem o verdadeiro caráter das coisas” (BOTTMORE, 1993: p. 184).

Em sua segunda fase – concepção epifenomênica (THOMPSON, 1995), o filósofo germânico, em *Crítica da filosofia de direito de Hegel*, afirma não ser simplesmente uma inversão conceitual, mas uma inversão da própria realidade, e que vai além de alienação filosófica ou ilusão, expressando as contradições e os sofrimentos do mundo material (BOTTMORE, 1993) e afirma que as concepções hegelianas e dos jovens hegelianos são ideológicas por partirem da inversão de considerar a prerrogativa da consciência “em vez de partir da realidade material” (BOTTMORE, 1993: p. 184).

A terceira fase da concepção de ideologia em Marx – concepção latente (THOMPSON, 1995), que mudou radicalmente o conceito de então, parte do pressuposto de que “algumas idéias deformavam ou ‘invertiam’ a realidade” porque “a própria realidade estava de cabeça para baixo” (BOTTMORE, 1993: p. 184).

Werneck (1982) aponta para questões relevantes quando se trata do tema em Marx:

Em Marx, especialmente na *Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece formado por três componentes básicos: [...] como forma de conceber o mundo, como um conjunto de idéias fundamentais consideradas não somente em seus aspectos naturais mas especialmente no seu aspecto social e no das relações entre os homens e suas atividades. O segundo aspecto diz respeito ao fato de essa ‘visão do mundo’ ou ‘conjunto de idéias’ só poder ser compreendido como produto ou reflexo da sociedade e de uma época, ou seja, de grupos sociais reais, estratos e classes. Enquanto visão do mundo e ideologia expressaria exatamente os interesses, a atividade e o papel histórico desses grupos ou classes sociais. No entanto, esse modo de expressão se faria não como expressão do conhecimento ‘verdadeiro’ mas como ‘racionalização’, ou seja, ao mesmo tempo em que os expressa e exprime-os parcialmente, deforma-os, obscurece-os. O terceiro aspecto, com base no segundo, mostra que a ideologia não é um sistema de pensamento neutro ou inócuo mas que, tendo uma função ou direcionalidade que se constitui em parte essencial dos conflitos da História, teria como função legitimar, justificar e assim contribuir para a manutenção da ordem social vigente. (p. 18).

Todavia a publicação da *Ideologia Alemã*, publicada por completo no Brasil apenas em setembro de 2007, deu-se muito tempo depois da morte de Marx e Engels, na década de 1920, de modo ao conceito negativo de ideologia em Marx e Engels adquirir nova significação. Bottmore (1993, p. 185) ressalta que “assim, Plekhanov, Labriola e, mais significativamente, Lênin, Gramsci e [...] Lukács dos primeiros escritos não estavam familiarizados com a argumentação mais vigorosa de Marx e Engels em favor de um conceito

negativo de ideologia”. Dessa forma, os principais textos que tratavam do tema eram bastante ambíguos e não apresentavam uma distinção clara entre o “fenômeno ideológico” e a sua relação com base e superestrutura, de modo a autores como Kautsky, Mehring e Plekhanov não questionarem o marxismo como ideologia. (BOTTMORE, 1993: p. 185).

O primeiro autor a tratar da obra marxiana como ideológica foi o revisionista Bernstein, retirando o conceito negativo do termo e colocando a ideologia como várias ideologias em disputa no campo social. (BOTTMORE, 1993: p. 185).⁵

Todavia, a principal contribuição para a concepção de ideologias em disputa foi de Lênin, que defendia haver ideologias reacionárias e progressistas contrapondo-se, no capitalismo. Sendo, fundamentalmente, a ideologia burguesa e a ideologia proletária em disputa (KONDER, 2002: p. 52).

Conforme isto, as ideologias da sociedade seriam as ideologias de classe, onde cada classe possuiria uma ideologia, de acordo com seus interesses na sociedade, não havendo, todavia, uma ideologia de herança genética, ou seja, estando as ideologias em disputa no campo social (GRAMSCI *apud* VECCHIO, 2007). Dessa forma, não há uma relação estanque entre classe social e ideologia desta classe, ou seja, a ideologia dominante de cada sociedade é a ideologia da classe dominante, como aponta Chauí (1993).

As justificações ideológicas neste período excedem o controle do aparelho estatal e levam ao indivíduo uma série de construções ditas científicas e teóricas para a manutenção deste sistema, o que Gramsci chamava de hegemonia (VECCHIO, 2007).

Este pensador italiano identifica aspectos fortes da ideologia burguesa na sociedade determinantes da consciência humana e forçando-se afirmar como científica, única e em prol do bem-comum, em disputa com as resistências a este sistema (VECCHIO, 2007), o que muitos autores definiram como *ideologia proletária*. Todavia, dos Escritos do Cárcere⁶ até os tempos atuais, muitas das características do capitalismo ampliaram-se e aprimoraram-se para legitimar as cada vez menos legitimáveis conseqüências deste sistema.

⁵ “[...] ainda que meu pertencer a tal ou qual classe, a tal ou qual nação, não derive de minha facticidade, enquanto estrutura ontológica do Para-si, é evidente que minha existência de fato, ou seja, meu nascimento e meu lugar, envolve minha apreensão do mundo e de mim mesmo através de certas técnicas. Logo, essas técnicas não escolhidas por mim conferem ao mundo suas significações. Aparentemente, não sou eu quem decide, a partir de meus fins, se o mundo me aparece com as oposições simples e fatiadas do universo “proletário” ou com as nuances inumeráveis e arditas do mundo “burguês”. Não somente estou arremessado frente ao existente em bruto: estou jogado em um mundo operário francês, lorenense ou sulista, que me oferece suas simplificações sem que eu nada tenha feito para descobri-las”.(Sartre: 1997, p. 630-1).

⁶ Obra de Antonio Gramsci.

Iasi (2007) aponta para os equívocos gerados pela concepção de ideologia proletária, ou ideologia libertária, uma vez que o termo, na terceira fase do conceito em Marx, possui uma conotação negativa, no sentido de representar idéias que impedem a liberdade humana e justificam sua dominação.

O sociólogo brasileiro ressalta que ideologia pressupõe a expressão da dominação da classe dominante em um conjunto de idéias, em uma apresentação particular desta classe como sendo o ideal universal de forma a realidade ser deformada, velada, invertida, como justificação e naturalização das relações de dominação (p. 81).

Contudo, o autor afirma serem justificáveis as definições de Lênin e Gramsci, uma vez que esses desconheciam as argumentações mais vigorosas de Marx e Engels por estarem em um momento histórico bastante singular com levantes populares muito fortes no mundo capitalista. Todavia, ressalta que de fato existe uma “ideologia proletária”, com início na sociedade pós-capitalista soviética, onde o projeto de construção de uma sociedade sem classes foi suprimido por novas formas de dominação.

Nesse contexto, passou a ser necessário apresentar uma visão do mundo que reproduzisse e justificasse a dominação, que apresentasse como “natural” o domínio de certos setores, investidos de funções ditas especiais, uma visão que procurasse apresentar os interesses desses setores particulares como se fossem universais. Representam-se [assim] todos os elementos da ideologia. (IASI, 2007: p. 85).

Porém, tão logo rui o mundo soviético, Francis Fukuyama pronuncia, em outro clássico da literatura contemporânea, O fim da história e o último Homem, de 1992, que a história acabara. Para Fukuyama, a História da humanidade termina com a “vitória do capitalismo sobre o comunismo” e o último Homem é este, remanescente de um novo momento da história, sem classes sociais em disputa (FUKUYAMA, 1992). Ou seja, afirma, de modo nem tão implícito, que toda a história da espécie, dos milhares de anos que se passou desde a separação gradual do Homem dos demais animais, leva, inexoravelmente, ao capitalismo e que este é o ápice de todo o processo evolutivo. Contudo, Hobsbawm (1984), muito antes do livro de Fukuyama, já alerta quanto a esta “neutralidade”, como sendo fruto de uma defesa da permanência das relações de poder.

Mészáros (*apud* VECCHIO, 2007: p. 38) ainda ressalta que:

cabe frisar que este antagonismo [...] jamais será reconhecido pela classe dominante que, fazendo uso uma vez mais de sua retórica, há de insistir no “interesse comum”, na “moderação”, na “unidade” a fim de manter as relações de poder hierarquicamente estabelecidas.

Assim, esta “neutralidade” nem sempre é tão sutil quanto em Fukuyama. Para um dos mestres da gestão contemporânea, Peter Drucker, a gerência deve ser o motor primordial não apenas das empresas, mas de toda a sociedade, uma vez que, segundo seu raciocínio, uma organização competente da sociedade é uma organização heterogestionada, como a das empresas capitalistas (VECCHIO, 2007).

O dito empresariamento da vida humana, onde famílias, grupos religiosos, de jovens e outros tipos de reunião de indivíduos humanos passam a reproduzir as formas organizacionais das empresas capitalistas é uma das conseqüências deste fenômeno que reduz a ciência, a racionalidade e, inclusive, a afetividade humana à lógica de mercado, indo além da mercantilização das relações e compreendendo todas as formas de apreensão da realidade pelos seres humanos, como afirma Mészáros (2002).

Tal termo, cunhado por Andréu Solé (VECCHIO, 2007), para designar este fenômeno em que a empresa capitalista torna-se “referência para qualquer associação de pessoas” (VECCHIO, 2007: p. 39), apresenta-se como um dos vários fatores de manutenção da ordem capitalista, de modo consolador moral quando os indivíduos concluem que este, bem ou mal, ainda é o melhor meio de manter a civilização e, quando somado ao que Laclau e Mouffe (VECCHIO, 2007) chamam de “mercantilização da vida”⁷, não apenas justifica, como também renuncia as opções de resistência, o que leva Vecchio (2007, p. 38) a afirmar que

Se por um lado os capitalistas trabalham no sentido de afirmar seu conjunto ideológico de saberes, outra manifestação de sua prática imbuída de valores é a desqualificação do pensamento crítico que se opõe ao seu conhecimento “sério”. Ora, que ação pode ser mais ideológica do que taxar posturas divergentes dessa maneira? [...] Assim, conforme Mészáros (2004)⁸, em nome da “erudição” e da “ciência”, as idéias ditas “antiquadas”, “extremistas” ou “dogmáticas” são descartadas, perseguidas, hostilizadas, a fim de garantir os “avanços” da sociedade. Faz-se, portanto, uma distinção entre o que é ou não válido, o que é ou não aceito.

Para István Mészáros (2002) o capitalismo atual apresenta justificações ideológicas aos Homens de modo a própria racionalidade, dita crítica, atual não conseguir analisar os problemas sociais em um todo que vá além do sistema do capital, como citado anteriormente. Dessa forma, a aliança entre os aparelhos estatais, grandes corporações, mídia e a submissão

⁷ “Hoje não é somente como vendedor de sua força de trabalho que o indivíduo está subordinado ao capital, mas também enquanto está inscrito em outras múltiplas relações sociais: na cultura, no tempo livre, na enfermidade, na educação, no sexo e até na morte”. (LACLAU e MOUFFE *apud* VECCHIO:, 2007: p. 40).

⁸ O livro a que o autor refere-se é intitulado “O poder da ideologia”.

da educação e da ciência em prol desta manutenção, força a humanidade a crer na causa de seus problemas sociais como sendo problemas individuais ou, mesmo quando afetando a todos, como os problemas ecológicos, como fruto de conduta (a)moral e (anti-)ética individual ou de pouco controle estatal, não os compreendendo como conseqüências da própria estrutura de funcionamento do capitalismo.

Tragtenberg afirma que, no capitalismo,

a minoria que concentra em suas mãos os *meios de produção* econômicos, os *meios administrativos* no plano institucional e os *recursos de pesquisa e as escolas*, legitima o *existente* como *desejável*, o *transitório* como *permanente*, a racionalidade do cálculo econômico *capitalista* como a encarnação da *razão na História*.(1977: p. 204).

Assim, escritos como o que segue, extraído de um livro destinado aos estudantes de Ciências da Administração, bem como a gerentes e, especialmente nesta citação, trabalhadores subordinados, demonstram bem a necessidade de conformação da classe trabalhadora e a naturalização da ordem vigente:

Não existe uma fórmula perfeita para se obter satisfação plena no mundo do trabalho. Assim, não há um guia infalível para se conseguir harmonia no casamento. Portanto, o importante é perceber que o mundo é composto de singularidades. Essa repartição pública é assim, aquela outra é totalmente diferente. Numa delas há um Santo Expedito na parede, na outra uma figura de Iemanjá. Numa empresa a conversa é estímulo criativo, noutra é considerada ruído ou motivo de dispersão. Portanto, caberá a cada um adaptar-se ao ambiente ou, quem sabe modificá-lo. Os mais competentes são aqueles capazes de compreender os métodos vigentes, avaliar suas eficácias e transformá-los de acordo com as urgências e novos paradigmas da máquina produtiva. Por isso, perceba a conveniência de sugerir em vez de contestar. (JÚLIO, 2002: p. 152).

Deve-se observar a “conveniência” de “sugerir” ao invés de “contestar”, ou, simplesmente, “questionar”, como uma necessidade da própria empresa capitalista de possuir “colaboradores” que apontem possíveis arestas a serem aparadas e a necessidade ainda maior de conformação, racionalização da naturalidade das relações hierárquicas e da não contestação.

A respeito disto, Tragtenberg (1977) afirma que

O racionalismo liberal, especialmente em Weber com seus conceitos de racionalidade *formal* e *material*, tende a assumir a forma de um

antropomorfismo, isto é, a concepção de uma razão acima do pensamento humano, que seja a essência ou *causa primeira* da realidade.

Ora, a razão não aparece como *coisa em si*, tem origem e evolução definidas na *historicidade*, não parte da experiência *individual* como o empirismo pretende. Não constitui faculdade *passiva*, ela aparece *integrada na experiência histórica concebida como atividade*, objetivada na produção e reprodução de coisas e idéias. (p. 204)

Dessa forma Tragtenberg ressalta a materialidade necessária para análise de qualquer fenômeno social, impactando que a luta de “ideológica” de classes é a expressão de uma luta real na materialidade.

Considerações Finais

A luta de classes, definida por Marx e Engels em 1848⁹, está visível em todos os momentos, não apenas em grandes mobilizações populares ou greves. Este “combate ideológico” é fruto e imagem do combate real do antagonismo de interesse entre as classes sociais, em especial entre trabalhadores e capitalistas¹⁰.

Embora existam outras classes sociais na sociedade, estas duas apresentam o confronto mais forte, em especial se se considerar que uma, os capitalistas - ou burgueses, como preferem os socialistas, comunistas, anarquistas e afins, mantém o controle dos meios de produção material e espiritual da sociedade (MARX e ENGELS, 2006) e os trabalhadores - ou proletários, como definiram Marx e Engels (2001), são a fonte do lucro (MARX, 1987) e, conseqüentemente, da sustentação do capital, uma vez que este é dependente do trabalho (MÉSZÁROS, 2002).

Para Paulo Freire, a harmonia entre as classes pode dar-se apenas em momentos efêmeros de emergências nacionais que, tão logo se tornem controláveis, deixam de “desmascarar” o “antagonismo indisfarçável entre uma classe e outra” (FREIRE, 1987: p. 141).

⁹ Ano em que os autores escreveram e publicaram o Manifesto do partido comunista, iniciando o texto com a frase “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2001: p. 23). Posteriormente, Engels ressalta que os autores se referiam apenas a história escrita, uma vez que Hauxthausen pouco depois descobriu a propriedade comunal na Rússia e, posteriormente, outros historiadores descobrem sociedades comunais em outros lugares, o que ajudou, e muito, os estudos de Karl Marx para escrever O Capital.

¹⁰ “luta ininterrupta, *velada algumas vezes, franca e aberta outras*” (MARX e ENGELS *apud* PONCE, 1996: p. 35).

Freire (1987: p.140) propõe a “ação cultural” como processo totalizado e totalizador capaz de fazer “os indivíduos como sujeitos dos processos” conforme uma nova percepção social emerge entre os ditos “oprimidos”, não havendo uma dependência exclusiva de lideranças.

Todavia, cabe ressaltar que este processo totalizador é fruto da ação prática dos indivíduos, não de suas idéias, embora estas concebam suas ações, as mesmas são igualmente formadas por suas ações e, de combater ideologias a mudar realidades, há uma grande diferença que não pode ser desprezada.

Importante destacar a produção artística e cultural como contestadora da sociedade. Artistas como Piscator, Brecht, Maiakovski, Chico Buarque de Hollanda e Jean-Paul Sartre engajam-se politicamente na busca pelo desvelamento da realidade que muitos cientistas construíram em submissão à manutenção de *status quo*. Porém, não somente nas sociedades capitalistas há a intervenção, denúncia, busca por construção de um sentimento coletivo de um novo mundo, mas também nas sociedades escravista (Sófocles), feudal (Voltaire) e soviética (Soljenitzyne), indo além da expressão de um sentimento individual preocupado com a forma da arte em si, como se a arte existisse por si própria, fora de um contexto histórico e social, como se fosse esta algo fora dos seres humanos, uma criatura dominando seus criadores, pairando no éter e dotada de lógica própria.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>> Acesso em: 26 de outubro de 2007.
- BOLAÑO, César. **Indústria cultural informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec; Pólis, 2000.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1993.
- CATANI, Afrânio M.; GENNARI, Adilson Marques. **O que é capitalismo**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 36a ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DORT, Bernard. **O teatro e sua realidade**. 1a ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBSBAWM, E.J; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JÚLIO, Carlos Alberto. **Reinventando você: a dinâmica dos profissionais e a nova organização**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. LBI Publicações, 2004.

_____. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular. 2003

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAGALDI, Sábado. **Iniciação ao teatro**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã – Feuerbach: contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, Karl. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos: descoberta e invenção**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PLATÃO. **Diálogos** : Eutífron ou da religiosidade : Apologia de Sócrates : Críton ou do dever : Fédon ou da alma: Nova Cultural, 1996.

_____. **A República: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 15. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WERNECK, Vera R. **A ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

Centro de Teatro do Oprimido. Disponível em: <<http://www.ctorio.org.br>> Acesso em: 13 de setembro de 2007.

Lei brasileira de direitos autorais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5988.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2007.

Priberam – dicionário eletrônico da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt>>. Acesso em: 31/10/2007.